



SINTE-SC

BOLETIM DO SINTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC

Boletim nº 24 - Florianópolis - Fevereiro/2014

Filiada à



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



GOVERNO EMPURRA MAGISTÉRIO PARA GREVE

O Secretário de Educação Eduardo Deschamps no dia 29 de janeiro, deixou claro aos dirigentes do SINTE-SC que as reivindicações da categoria só serão atendidas na luta.

O Governo trouxe uma proposta indecorosa de parcelamento não atendendo a reivindicação dos trabalhadores - Piso é na Carreira.

Diante disso, a diretoria executiva do Sindicato em reunião realizada dia 04/03, ressaltou e deliberou que não existe acordo e não aceita tal proposta, e que o reajuste deve ser pago se forma integral, retroativo a janeiro e na Carreira.

Devemos lembrar a política educacional do Governo Colombo para a educação Catarinense:

1. Não reconhece os percentuais de reajuste do piso nacional de anos anteriores e não pagos à categoria;
2. Não reconhece 1/3 de hora atividade na jornada (hora aula);
3. Não garante isonomia aos/as trabalhadores/as em educação;
4. Não descompactou a tabela salarial;
5. Não quer discutir o abono das faltas de mobilizações de anos anteriores;
6. Não quer rever o decreto da progressão funcional;
7. Não quer discutir o Decreto de Lei 456 (Lei dos/as ACTs);
9. Não quer pagar o reajuste do piso para toda a categoria em parcela única e aplicar na carreira, sendo que possui dinheiro em caixa;

8. Não resolve os problemas estruturais das escolas;

10. O governo continua pagando os inativos/as com dinheiro carimbado para a educação de acordo com os relatórios técnicos do TCE;

11. Continua fechando escolas pelo estado todo;

Lembramos ainda, que Eduardo Deschamps é o Vice-Presidente do CONSED - Conselho Nacional dos Secretários de Educação e um dos principais articuladores da política de rebaixamento do percentual do Piso, antes previsto para chegar até 19% e posteriormente fechado em 8,32%.

Por isso, o Sindicato já está convocando seus Coordenadores Regionais para que inicie a construção da mobilização em suas bases, chamando a categoria para a Greve Nacional, convocada pela CNTE dias 17, 18 e 19 de março, com a indicação de continuidade da paralisação no Estado por tempo indeterminado.

As decisões da categoria e planos de lutas começarão a ser delineados a partir da primeira reunião do Conselho Deliberativo de 2014, dias 14 e 15 de fevereiro, quando as lideranças deverão definir também uma data para a Assembleia Estadual, onde a categoria decidirá os rumos da batalha pela manutenção de seus direitos.

O SINTE afirma que somente com uma grande mobilização, o magistério poderá ter chances de garantir sua pauta de reivindicações.

Conclamamos a todos/as os trabalhadores/as em educação para que estejam prontos/as para a luta!

- Royalties do petróleo investidos na valorização dos educadores
- Carreira e jornada para todos os profissionais da educação
- Contra a proposta de reajuste dos governadores e o INPC
- 10% do PIB para a educação pública
- Pelo cumprimento da lei do Piso
- Votação imediata do PNE



O voto da educação
vale muito!

GREVE NACIONAL

17, 18 E 19
DE MARÇO

O Estado tem dinheiro. Governo pague o que a Lei prevê!

Após a última audiência em 29/01, o Secretário afirmou ao Sindicato que o valor disponível pela Secretaria da Fazenda para a atualização de nossa tabela, só seria possível ser pago em prestações, e que o IMPACTO seria de R\$ 130 milhões/ano. Ao aplicar os 8,5% desde janeiro o gasto seria de 250 milhões e para isso o governo não teria caixa, já que o comprometimento do FUNDEB com o pagamento dos professores, nas palavras de Deschamps é de mais de 93%.

Entretanto, a realidade dos números da própria Secretaria da Fazenda em seus demonstrativos anuais revelam ALGUNS EQUÍVOCOS OU INVERDADES, por exemplo, o valor gasto com o pagamento de todos os Profissionais do

Magistério anualmente é de R\$ 1.451.558.448,18 (um bilhão quatrocentos e cinquenta e um milhões de reais), e que se aplicarmos os 8,5% nesse valor, teremos um montante de R\$ 124 milhões/ano, ou seja, parece muita coincidência a proximidade dos valores de 130 e 124 milhões, referentes ao parcelamento e do valor a ser pago em uma única parcela para toda a categoria, a partir de janeiro. Isso demonstra que o governo quer ECONOMIZAR mais uma vez à custa dos professores propondo esse roubo de nosso direito.

O percentual do FUNDEB utilizado para pagamento dos profissionais é de R\$ 1.754.496.141,32 (um bilhão setecentos e cinquenta e quatro milhões), equivalente a 93% dos

recursos. Se compararmos o total desta receita com as despesas, teremos um percentual VERDADEIRO DE 81,77% utilizado. Observamos também que em 2013 a educação gastou R\$ 3,8 bilhões de reais e desse total apenas R\$ 1,45 bilhão foi para a folha salarial do magistério.

Sendo assim, podemos concluir que o governo tem margem no orçamento para pagar o reajuste já. E se considerarmos a previsão de aumento nas verbas no orçamento de 16% para a Secretaria de Estado da Educação em 2014, perceberemos que provavelmente o Governo está tentando fazer caixa para a eleição deste ano.

Por isso, queremos REAJUSTE JÁ a todos os níveis e referências na CARREIRA.

Fonte: www.sef.sc.gov.br

Link: www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/Demonstrativo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde%20-%20Dezembro%202013.PDF

Veja como ficará tabela salarial ao final de 2014

Níveis		Referências							
Proposta	Atual	A	B	C	D	E	F	G	
1	Nível Médio e Licenciatura Curta	1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
		2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
		3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
		4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
		5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
		6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	Graduação	7	1.814,80	1.862,01	1.910,44	1.960,15	2.011,16	2.063,48	2.117,20
		8	1.917,94	1.967,79	2.018,92	2.071,41	2.125,25	2.180,49	2.219,81
		9	2.028,04	2.080,69	2.134,70	2.190,12	2.246,98	2.287,97	2.347,35
3	Especialização	10	2.196,43	2.253,47	2.311,99	2.372,04	2.433,63	2.496,85	2.561,71
4	Mestrado	11	2.441,64	2.505,15	2.570,33	2.637,21	2.705,82	2.776,23	2.848,48
5	Doutorado	12	2.694,80	2.765,00	2.837,03	2.910,95	2.986,81	3.064,63	3.144,49